

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Concurso Público

Cargo:

JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Prova Escrita Objetiva P₂

Aplicação: 5/11/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cinquenta questões, correspondentes à prova escrita objetiva P₂, corretamente ordenadas de 51 a 100.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I **7/11/2006**, a partir das 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas escritas objetivas P₁ e P₂: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt52006.
- II **8 e 9/11/2006** – Recursos (provas escritas objetivas P₁ e P₂): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt52006.
- III **7/12/2006** – Resultado final das provas escritas objetivas e convocação para a inscrição definitiva: Diário Oficial da União, Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 5.ª Região e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt52006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 15 do Edital n.º 1/2006 – TRT5.ª REGIÃO, de 21/6/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt52006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de **51 a 100**, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA ESCRITA OBJETIVA P₂

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta acerca do processo cautelar.

- Ⓐ O processo cautelar desenvolve-se sob a cognição sumária, não se exigindo do juiz a certeza completa, mas apenas a plausibilidade e a verossimilhança do direito invocado. Na sentença cautelar ou antecipatória, o juiz poderá deixar de motivar a decisão, limitando-se, em casos de procedência, a afirmar a ocorrência da situação de urgência capaz de comprometer a eficácia da medida reclamada e a existência de direito afirmado pela parte requerente.
- Ⓑ O procedimento cautelar preparatório depende do processo principal, do qual é instrumental, e a sentença nele proferida não faz coisa julgada, por não decidir o mérito do conflito de interesses, que é objeto da ação principal. Entretanto, em virtude da preclusão *pro iudicato*, apenas com base em fatos novos se pode reiterar o pedido da mesma providência cautelar entre as mesmas partes.
- Ⓒ A caução que tem por objetivo prevenir perigo em sentido reverso será prestada em dinheiro, pois, em caso de improcedência da demanda cautelar, essa contracautela se transforma em garantia do juízo executório. Por se tratar de pressuposto da concessão da medida liminar, a caução só poderá ser exigida antes do deferimento da medida *inaudita altera parte*.
- Ⓓ A medida cautelar não possui um fim em si mesma, mas sua existência serve para garantir a futura prestação jurisdicional, isto é, dar instrumentalidade ao processo principal, cujo êxito procura garantir e tutelar. Sua característica mais marcante é a acessoriedade, impondo, assim, que o pedido da lide cautelar seja sempre o mesmo da ação principal.
- Ⓔ É requisito da petição inicial da cautelar a exposição da lide e seu fundamento, ou seja, o requerente deverá esclarecer qual será a lide principal a ser proposta e seu fundamento. Se o requerente não propuser a ação principal em 30 dias a partir da data da efetivação da medida liminar, esta perderá automaticamente a eficácia, ainda que se trate de cautelar preparatória incidental ou satisfativa, e acarretará a extinção do processo, com resolução de mérito.

QUESTÃO 52

A propósito dos procedimentos cautelares específicos, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Considere que tenha sido ajuizada ação cautelar de arresto, na qual se apreendeu um bem imóvel de propriedade do réu para garantia da execução da sentença ilíquida proferida nos autos da ação de despejo e cobrança de aluguéis, pendente de recurso. Nessa situação, apesar de comprovação dos pressupostos genéricos da tutela cautelar, ou seja, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, tem-se por incabível a cautelar, em virtude da inexistência de prova de dívida líquida e certa.
- Ⓑ A produção antecipada de provas pode consistir em depoimento pessoal das partes, inquirição de testemunhas e exame pericial. A sentença proferida nessa ação é de natureza homologatória; não há qualquer declaração sobre veracidade da prova produzida e suas conseqüências sobre a lide. A valoração da prova pertence ao juiz da causa principal e não ao juiz da medida cautelar.
- Ⓒ A medida cautelar de exibição judicial tem cabimento como procedimento preparatório, para exigir a exibição de coisa móvel, em poder de terceiro, nos casos em que o autor repute sua ou tenha interesse em conhecê-la; de documento próprio ou comum; da escrituração e documentação comercial, de que a parte venha necessitar para fazer prova em uma ação a ser ajuizada, ou para o exercício do direito de conhecer e fiscalizar o objeto em poder do terceiro.
- Ⓓ A medida cautelar de busca e apreensão de coisas ou de pessoas pode ser requerida tanto como preparatória como incidente e subordina-se aos pressupostos comuns das medidas cautelares: fundado receio de dano jurídico e interesse processual na segurança da situação de fato sobre a qual deverá incidir a prestação jurisdicional definitiva.
- Ⓔ Consiste o seqüestro na apreensão judicial de determinado bem, objeto do litígio, para assegurar a entrega, em bom estado, ao que vencer a causa. O seqüestro supõe dúvida sobre o direito material da parte e perigo de desaparecimento da coisa e pode ser requerido como preparatório ou incidente.

QUESTÃO 53

Quanto aos recursos no processo civil, assinale a opção correta.

- A O recurso com objetivo de invalidação tem como fundamento o fato de existir erro de julgamento. Trata-se de vício de forma que se relaciona à violação de norma do direito material ou do processual e que redunde na nulidade da decisão impugnada.
- B Os embargos de declaração são cabíveis contra qualquer provimento judicial de conteúdo decisório, seja ele sentença, acórdão ou decisão interlocutória, quando houver na decisão judicial obscuridade, dúvida, contradição ou omissão.
- C Quando houver sucumbência recíproca de ambas as partes, qualquer um dos sucumbentes poderá interpor recurso adesivo. Esse é cabível no reexame necessário ou no recurso voluntário de apelação, embargos infringentes e recursos extraordinário e especial. No entanto, não sendo conhecido o principal, o recurso adesivo será julgado prejudicado por falta superveniente de interesse recursal.
- D Segundo o princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias, essas serão impugnadas somente nos autos principais onde foram proferidas, sem a suspensão do processo, em perfeita observância aos princípios da concentração dos atos processuais e da economia processual.
- E O objeto do juízo de admissibilidade dos recursos são os requisitos necessários para que se possa legitimamente apreciar o mérito do recurso, dando-lhe ou negando-lhe provimento. Nesse juízo, procede-se ao exame dos requisitos concernentes ao próprio recurso, da existência do poder de recorrer e do modo de exercê-lo. Como regra, reconhece-se ao órgão perante o qual se interpõe o recurso competência para verificar a existência ou inexistência dos referidos requisitos no momento da interposição do recurso. Contudo o juízo *ad quem* não está adstrito ao exame dos requisitos de admissibilidade realizado pelo juízo *a quo*.

QUESTÃO 54

Em face da tutela antecipada, assinale a opção correta.

- A Pela aplicação do princípio da fungibilidade e da efetividade da prestação jurisdicional, pode o juiz, ao analisar um pedido de antecipação da tutela no processo cautelar, julgar antecipadamente a lide. Nessa hipótese, o julgamento antecipado supre a antecipação e com ela se confunde, pois a sentença de mérito atribuí ao autor, em provimento definitivo, o direito subjetivo invocado.
- B A concessão liminar da tutela antecipada está condicionada à demonstração dos pressupostos legais consubstanciados na prova inequívoca e na verossimilhança do direito invocado. Para a obtenção da medida antecipatória exige-se, ainda, que o requerente faça prova tanto da existência da relevância do direito e do risco de dano como do abuso do direito de defesa do réu.
- C Se o juiz conceder ao autor ou ao réu, nas ações dúplices, a tutela antecipada, seja *initio litis*, seja ao prolatar sentença de mérito, eventual recurso interposto contra a sentença definitiva não suspenderá os seus efeitos em relação à antecipação de tutela.
- D Considere que tenha sido proposta uma ação cominatória, na qual foi deferido o pedido de antecipação de tutela, consistente na obrigação de fazer. Nessa hipótese, se o requerido cumprir a obrigação determinada, a ação perderá o objeto, acarretando a extinção do feito, sem julgamento de mérito, pois a finalidade desse instituto é, precisamente, adiantar, total ou parcialmente, os efeitos da decisão final, apreciando-se *initio litis* o mérito do pedido. É lógico e natural considerar que tal provimento é exauriente, vale dizer, satisfaz, desde logo, o direito da parte.
- E Nas causas que tenham por objeto direitos indisponíveis, o juiz não pode conceder a tutela antecipada liminarmente, pois eventuais danos a esses direitos serão irreparáveis e, portanto, irreversíveis. Nessas causas, o juiz, antes da decisão de mérito, deve assegurar o contraditório e a ampla defesa do requerido.

QUESTÃO 55

Acerca da sentença e da coisa julgada, assinale a opção correta.

- A Se for julgada improcedente uma ação e transitada em julgado a sentença de mérito, qualquer das partes poderá rediscutir a mesma lide, com a mesma causa de pedir, desde que seja proposta nova demanda, com pedido diverso e com base em novas alegações ou em documento novo. Nesse caso, o objeto da coisa julgada material é a sentença de mérito, dentro da qual somente o dispositivo é acobertado pela autoridade da coisa julgada, não sendo atingidas pela eficácia preclusiva as questões que estejam fora desses limites objetivos.
- B A questão prejudicial decidida incidentalmente no processo faz coisa julgada material entre as partes e constituirá objeto da sentença definitiva por ser premissa necessária à conclusão da sentença.
- C Depois de proferida a sentença de mérito, esgota-se o ofício jurisdicional, ficando o juiz impedido de praticar qualquer ato decisório no processo, salvo quando se tratar de sentença terminativa, de execução provisória da sentença condenatória ou de correção de erro material.
- D A hipoteca judiciária constitui efeito secundário da sentença condenatória à prestação de dar coisa ou quantia em dinheiro e tem por finalidade assegurar a efetividade do processo, impondo-se perante terceiros a garantia do crédito por meio do direito de seqüela. Trata-se de uma consequência imediata da sentença condenatória e será ordenada a sua inscrição, ainda que não ocorra o trânsito em julgado ou que tenha sido interposto recurso contra a sentença, recebido em ambos os efeitos.
- E As regras da adstrição ou da correlação da sentença ao pedido estão relacionadas com a matéria fática e a fundamentação jurídica. Assim, a liberdade conferida ao julgador, quanto à identificação da norma jurídica aplicável, deve compatibilizar-se, todavia, com o referido princípio, pois as partes não podem ser surpreendidas com a incidência de regra não cogitada, especialmente se as consequências forem diversas daquelas submetidas à discussão do juiz. A sentença proferida fora desse limite (*extra petita*) é nula de pleno.

QUESTÃO 56

A respeito da assistência e da intervenção de terceiros, assinale a opção correta.

- Ⓐ A nomeação à autoria é medida obrigatória que visa chamar o terceiro, que mantém vínculo de direito com a parte ré, visando modificar a relação processual, corrigindo-a no pólo passivo.
- Ⓑ A oposição ocorrerá sob a forma de intervenção de terceiro em processo alheio, objetivando defender pretensão própria sobre o mesmo objeto litigioso disputado pelas partes do processo, de que resulta a formação de litisconsórcio passivo necessário entre os sujeitos da ação principal.
- Ⓒ Na assistência litisconsorcial, não se discute a relação jurídica ou o direito de que o assistente se julga titular, ou seja, o seu direito não pode ser objeto da lide pendente. Esse assistente não é parte, atua sempre complementando a atividade processual do assistido, subordinando-se à orientação tomada pelo assistido.
- Ⓓ O chamamento ao processo, no qual forma-se um litisconsórcio necessário passivo entre as partes do processo primitivo, por determinação legal, é cabível nos processos de conhecimento, cautelar e de execução e pode ser requerido por qualquer das partes. No entanto, se a parte se omite em chamar ao processo o coobrigado, perde a possibilidade de, posteriormente, em outro processo, exercer eventual direito regressivo contra o devedor principal ou contra co-devedores.
- Ⓔ A denunciação da lide consiste em uma ação regressiva, no mesmo processo, promovida tanto pelo autor como pelo réu, visando à condenação do denunciado à reparação do prejuízo decorrente de sua eventual derrota na causa, seja pela perda da coisa, seja pela perda de sua posse direta, seja por lhe assistir direito regressivo previsto em lei ou em contrato. Assim, pressupõe-se necessariamente que o denunciante tenha uma pretensão própria contra o denunciado, pretensão que fará valer, caso venha, ele denunciante, a sucumbir na ação principal.

QUESTÃO 57

A respeito da petição inicial e da resposta do réu, assinale a opção correta.

- Ⓐ O autor pode, em uma única ação, formular diversos pedidos cumulados contra vários réus, em decorrência de vários fatos distintos e constitutivos do direito do autor, ainda que entre eles não haja conexão, desde que faça a opção pelo rito ordinário.
- Ⓑ Se a ação principal tiver sido promovida pelo substituto processual, a reconvenção somente será possível se o pedido do réu fundar-se em pretensão que tenha em face do substituto processual.
- Ⓒ Se a ação é proposta contra vários réus — litisconsórcio passivo —, o prazo para a resposta lhes é comum, indicando-se como termo *a quo* desse prazo a data da juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido. Quando os réus tiverem procuradores diferentes, têm prerrogativa de prazo que é contado em dobro.
- Ⓓ Se o réu revel ingressar no feito após a fase de especificação de provas, ainda assim poderá indicar as suas provas, pois não há que se falar em preclusão quando ocorre a revelia porque a lei autoriza ao réu ingressar no feito a qualquer momento.
- Ⓔ O momento para a produção da prova documental pelo autor é o do ajuizamento da petição inicial. Se não produzido o documento nessa oportunidade, precluso estará o seu direito de trazê-lo aos autos com fins probatórios. O juiz, ao constatar essa irregularidade, deverá indeferir liminarmente a petição inicial.

QUESTÃO 58

Com relação à execução, assinale a opção correta.

- Ⓐ O fiador que pagar a dívida poderá executar o afiançado nos autos do mesmo processo, aproveitando os próprios autos do feito pendente, e prosseguir na execução, assumindo a posição do primitivo credor.
- Ⓑ A sentença que rejeita os embargos à execução contra a fazenda pública submete-se ao duplo grau de jurisdição. Assim, por ser essa a condição de eficácia da sentença de conhecimento, enquanto não reexaminada pelo órgão *ad quem*, não transita em julgado. Contudo, poderá o relator negar seguimento à remessa necessária quando a decisão proferida na sentença examinada estiver em conformidade com a jurisprudência dominante do tribunal competente para o seu julgamento.
- Ⓒ No processo de execução por título extrajudicial, quando o credor não lograr êxito em localizar bens que possam satisfazer o pagamento do débito ou quando efetivado o arresto, havendo fundado receio de ocultação do devedor, a citação e intimação da penhora será feita por hora certa, e conta-se a partir dessa citação o prazo para o ajuizamento dos embargos do devedor.
- Ⓓ Considere que tenha sido ajuizada ação de execução fundada em título judicial que determinou o *quantum* objeto do crédito, sem, contudo, especificar o total da dívida, isto é, que não tenha condenado o réu ao pagamento de juros e correção monetária, requerendo o autor a liquidação por cálculo do contador judicial. Nessa situação, o executado poderá opor exceção de pré-executividade, alegando a nulidade da execução, por ausência de título líquido, certo e exigível.
- Ⓔ A execução específica, seja provisória, seja definitiva, fundada em título judicial ou extrajudicial, baseia-se na responsabilidade patrimonial genérica do devedor e, para satisfazer o direito do credor, expropria bens do inadimplente, transformando-os em dinheiro para com este indenizar a parte pelo equivalente à prestação devida. Tem cabimento na execução de uma sentença mandamental envolvendo obrigações de fazer e não fazer.

QUESTÃO 59

Quanto à responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- A** O empregado vítima de danos morais e materiais ocorridos em razão de atividade laboral poderá pleitear, alternativamente, a indenização previdenciária ou propor ação de reparação de danos contra o empregador. Será devida pelo empregador a indenização do direito comum, quando restar provado que os danos sofridos pelo empregado ocorreram exclusivamente em virtude da omissão do empregador de oferecer condições adequadas de trabalho, de sorte a evidenciar a indiferença diante do risco sério corrido pelo obreiro. Na hipótese de o fato ter sido caracterizado como acidente de trabalho, a obrigação de indenizar será do INSS, por se tratar de pensão previdenciária.
- B** A pessoa jurídica de direito privado, quaisquer que sejam a sua natureza e os seus fins, responde pelos atos de seus dirigentes ou administradores, bem como de seus empregados ou prepostos que, nessa qualidade, causem dano a outrem. Assim, a responsabilidade civil é objetiva, sem preocupação com a culpa, e importa determinar a existência do dano sofrido pela vítima e a sua autoria, apurando se o agente procede nessa qualidade ou por ocasião dele.
- C** Não é possível a cumulação de indenização por danos morais e danos estéticos, ainda que derivados do mesmo evento danoso e com conseqüências diversas, pois, na reparação por danos morais, incluem-se os danos estéticos.
- D** Considere que determinado adolescente foi vítima de homicídio praticado por policial militar. Nessa situação, o Estado responde objetivamente pela reparação dos danos morais sofridos pelos pais da vítima. Entretanto, os danos materiais, isto é, a pensão mensal, só serão devidos se ficar comprovado que a vítima exercia trabalho remunerado, contribuía com as despesas domésticas e pertencia a família de baixa renda.
- E** Reputa-se como dano moral a dor, o aborrecimento ou a humilhação que foge à normalidade e interfere no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe desequilíbrio em seu bem-estar físico. A fixação judicial do valor da indenização a título de danos morais está vinculada ao valor do prejuízo efetivamente experimentado e demonstrado pela vítima. Para a adequada fixação do dano moral, deve o juiz considerar o poder econômico das partes e o caráter educativo da sanção.

QUESTÃO 60

Assinale a opção correta no que concerne aos negócios jurídicos.

- A** Para a caracterização da fraude contra credor exige-se que, na conduta do devedor, esteja presente qualquer artifício ou manobra intencional, com o intuito de escusar-se do pagamento de sua dívida ao credor, isto é, a comprovação da má-fé e do conhecimento quanto ao prejuízo do credor. Para que o negócio jurídico gratuito ou oneroso atraia o caráter de fraude contra credor, tornando o negócio jurídico nulo, faz-se necessário que o devedor tenha conhecimento do seu estado econômico ou financeiro.
- B** Condição é cláusula de um negócio jurídico que deriva exclusivamente da vontade de uma das partes, desde que conste expressamente no contrato. Essa pode ser causal ou potestativa pura. A condição subordina a eficácia ou a resolução do negócio jurídico à vontade de uma das partes ou a acontecimento futuro e incerto. Assim, enquanto não realizada a condição, o cumprimento do negócio jurídico não pode ser validamente exigido.
- C** A lesão inclui-se entre os vícios de consentimento decorrente de abuso praticado em situação de desigualdade de um dos contratantes, por estar sob premente necessidade, ou por inexperiência. Esse vício afeta a vontade do agente e a manifestação de vontade em desacordo com a realidade, quer porque o declarante a desconhece, quer porque o declarante está impelido pela necessidade, e tem como conseqüência a nulidade do negócio jurídico.
- D** O instituto da conversão é a transformação de um negócio jurídico nulo em outro de natureza diversa e traduz o princípio da conservação dos atos negociais; nele aproveita-se a finalidade do ato desejado pelas partes sempre que for possível e não for obstado pelo ordenamento jurídico. Entretanto, para que ocorra a conversão de um negócio jurídico nulo em outro de natureza diversa, faz-se necessário que o negócio reputado nulo contenha os requisitos do outro negócio e que a vontade manifestada pelas partes faça supor que, se tivessem ciência da nulidade do negócio realizado, mesmo assim, teriam querido celebrar o negócio convertido.
- E** A essência do negócio jurídico é a vontade que deve corresponder à declaração, a qual é mera exteriorização da vontade subjetiva do agente. Assim, havendo divergência entre a vontade e a declaração, o negócio jurídico é nulo, ainda que o declarante haja feito a reserva mental de não querer o que declara, ou quando o destinatário desconhece a verdadeira intenção da outra parte.

QUESTÃO 61

Segundo o direito das obrigações e as preferências e privilégios creditórios, assinale a opção correta.

- Ⓐ A obrigação natural é uma relação de caráter patrimonial e tem por objeto fatos ou prestações de uma pessoa em proveito de outra. Trata-se de uma relação de débito e crédito que vincula objeto e sujeitos determinados. Se ocorrer o inadimplemento da obrigação, será exigida a responsabilização patrimonial do devedor e se houver pagamento indevido será assegurado ao devedor o direito de reaver o que pagou a maior, evitando-se, assim, o enriquecimento ilícito.
- Ⓑ Ocorre a solidariedade passiva quando, em determinada obrigação, concorre uma pluralidade de devedores, cada um deles obrigado ao pagamento de toda a dívida. Portanto, o credor tem direito a exigir e receber integralmente a dívida comum de qualquer dos devedores. Se o credor demandar apenas um dos devedores, cobrando-lhe a parte dele na dívida, acarretará a extinção da solidariedade passiva e o restante do débito deverá ser cobrado, proporcionalmente, dos demais devedores.
- Ⓒ A obrigação de pagamento dos juros moratórios, em virtude do retardamento no cumprimento da obrigação, independe da alegação de prejuízo. Os juros de mora contam-se a partir do vencimento, se a obrigação em dinheiro é líquida e vincula-se a termo final. Se os juros de mora não cobrirem suficientemente o prejuízo experimentado e sempre que, cumulativamente, não esteja prevista na obrigação inadimplida uma pena convencional, o juiz, no caso concreto, poderá conceder ao credor prejudicado uma indenização suplementar para a restituição do patrimônio ao *status quo ante*.
- Ⓓ Havendo declaração de insolvência, todas as dívidas serão consideradas vencidas, para que seja verificado o que deve ser quitado em primeiro lugar. Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, o crédito de instituição bancária garantido com hipoteca tem preferência em relação ao crédito tributário e trabalhista. Entretanto, os créditos trabalhistas têm preferência sobre créditos decorrentes de transações comerciais, ainda que constituídos depois de ajuizada a ação de execução individual contra devedor solvente.
- Ⓔ Em caso de inadimplemento pelo devedor da obrigação assumida, esse pode purgar a mora oferecendo ao credor as prestações vencidas, acrescidas da indenização dos danos causados ao credor pela mora. Por se tratar de relação de débito e crédito que vincula os sujeitos, o devedor tem o ônus de resgatar o débito e o credor tem o direito de receber o crédito. Portanto, se o devedor purgar a mora, não poderá o credor rejeitar a prestação por considerá-la inútil ou requerer a transformação da mora em inadimplemento definitivo e pleitear a resolução do contrato.

QUESTÃO 62

Assinale a opção correta de acordo com os contratos regidos pelo Código Civil.

- Ⓐ O novo sistema jurídico de direito privado prevê, como cláusula geral dos contratos, os princípios da boa-fé e da probidade, impondo que os contratos sejam interpretados observando-se a sua função social. Essa cláusula adota como fundamento o dirigismo contratual em substituição ao princípio da liberdade contratual, ou seja, a intervenção estatal, retirando a força obrigatória e a função puramente econômica dos contratos, visando à realização da justiça social e à paridade jurídica entre os contratantes.
- Ⓑ A resolução significa o modo de extinção dos contratos por vontade de um ou de ambos os contratantes. Quando se tratar de obrigações de prestações recíprocas, o inadimplemento de uma permite à outra parte a opção de resolver o contrato, alegando a exceção do contrato não cumprido.
- Ⓒ Se, na execução de um contrato celebrado entre as partes, ocorrer o aumento da prestação pactuada, tornando-a onerosa e impossibilitando o devedor de adimplir a obrigação, poderá o juiz, por aplicação da teoria da imprevisão, liberar o devedor do cumprimento da obrigação assumida e determinar a revisão ou resolução do negócio jurídico.
- Ⓓ A rescisão bilateral ou unilateral é exercida mediante declaração de vontade, consistente na revogação ou denúncia do contrato, com o objetivo de extinguir o acordo para exonerar-se da reparação dos eventuais prejuízos sofridos em decorrência do cumprimento da avença.
- Ⓔ O distrato é negócio jurídico consistente no acordo entre as partes contratantes, objetivando extinguirem o vínculo obrigacional estabelecido no contrato. Todos os contratos podem ser resiliados por distrato, que pressupõe não ter ocorrido a extinção do contrato pelo esgotamento dos seus efeitos. Apresenta-se como um novo contrato, só que extintivo, e seus efeitos operam-se sem retroatividade (efeito *ex nunc*).

QUESTÃO 63

Com referência à eficácia e à interpretação da lei, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A lei tem vigência até que outra lei a revogue, ou, então, até que a lei nova com ela seja incompatível. Nesse caso, ocorre a derrogação da lei, ou seja, a revogação integral de uma lei por uma posterior. Quando uma lei é revogada por outra lei, e, em seguida, a lei revogadora perde a vigência, há repristinação da lei revogada.
- Ⓑ Na hipótese de uma lei nova de mesmo grau hierárquico tratar inteiramente a matéria da lei anterior, sem modificá-la, a força normativa cogente está na lei nova.
- Ⓒ O processo de interpretação sistemática da norma jurídica consiste no esclarecimento do sentido de uma lei por outra, ou pelo contexto do sistema legislativo.
- Ⓓ Com a finalidade de resolver e evitar os conflitos que surgem da nova lei em confronto com a lei antiga, o legislador pode elaborar, no próprio texto normativo, as disposições que têm vigência temporária.
- Ⓔ Analogia é a aplicação do mesmo princípio a institutos semelhantes, isto é, consiste na aplicação de uma norma, que se refere a outro instituto semelhante. Na falta de texto legal expresso para o caso específico, o juiz decidirá, de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.

QUESTÃO 64

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, assinale a opção correta.

- A** As sociedades de fato ou irregulares, isto é, aquelas que não possuem registro de seu contrato social, não possuem personalidade jurídica. Essas sociedades, no entanto, têm capacidade de ser parte no processo, possuem autonomia patrimonial em relação aos sócios, e a responsabilidade da sociedade é solidária à desses sócios.
- B** A personalidade civil da pessoa coincide com o nascimento, contudo a legislação resguarda os interesses do nascituro, desde sua concepção. Assim, o nascituro é sujeito de direito e tem capacidade jurídica.
- C** A fundação é criada pela atribuição de personalidade jurídica ao conjunto de bens destinados à realização do fim a que o instituidor lhe destinou. Para alienação desse patrimônio da fundação é necessária a autorização da maioria absoluta dos integrantes do conselho curador, devidamente aprovada pelo Ministério Público.
- D** Aplica-se a desconsideração da personalidade jurídica quando houver a configuração de abuso, desvio de finalidade, ou quando houver confusão patrimonial entre a sociedade e seus membros. A aplicação dessa teoria não conduz à extinção da sociedade, que permanece existindo regularmente, mas, tão-somente, afasta a separação patrimonial em uma determinada circunstância.
- E** O desaparecimento de uma pessoa de seu domicílio é causa para nomeação de curador, pois a ausência é causa de incapacidade. Assim, o desaparecimento de uma pessoa, por si só, é causa suficiente para a declaração de sua ausência, nomeação de curador e, se for o caso, a abertura da sucessão provisória.

QUESTÃO 65

Consoante ao direito de empresa, assinale a opção correta.

- A** Os bens integrantes do estabelecimento empresarial, e outros eventualmente atribuídos à pessoa jurídica, ou seja, os bens sociais, são de propriedade dos seus sócios, em comum ou condomínio, na proporção representada pelas quotas da sociedade limitada ou pelas ações da sociedade anônima.
- B** As cooperativas, não importando a atividade que exploram, são consideradas sociedades simples e são formadas por pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, não tendo por objeto o exercício de atividade própria de empresário.
- C** Na sociedade limitada, os sócios respondem solidariamente entre si pelo capital social. Esse capital é representado e, em relação à sociedade, as quotas são indivisíveis. Em caso de insolvência da sociedade limitada com capital social integralizado, os sócios respondem solidariamente entre si pelo passivo, por ser cada sócio fiador do outro.
- D** O integrante de sociedade empresária está sujeito às normas que definem os direitos e deveres do empresário. A empresa é uma atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços e, desde que legalmente constituída, adquire capacidade jurídica, tornando-se, portanto, investida de direitos e obrigações.
- E** Nas sociedades de pessoas, quando morre um sócio, os remanescentes não podem impedir o ingresso, na sociedade, do sucessor do *de cuius*, nem optar pela dissolução da sociedade. Nessas sociedades, a morte de um dos sócios não autoriza a dissolução parcial, seja a pedido dos sócios remanescentes, seja a pedido dos sucessores. Assim, não havendo prazo contratualmente previsto para o término da sociedade, admite-se, tão-somente, a sua liquidação ou a dissolução judicial.

QUESTÃO 66

Em relação à competência dos órgãos judiciais, assinale a opção correta.

- A** O fato de uma ação popular, com o objetivo de anulação de decreto presidencial de demarcação de terra indígena, ter sido proposta por particulares não descaracteriza a competência do Supremo Tribunal Federal (STF) para seu processamento e julgamento, se configurado no caso em julgamento um litígio federativo entre a União e um estado-membro.
- B** Procurador do trabalho que, por designação, oficia em tribunal regional do trabalho não possui prerrogativa de foro perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), para fins penais.
- C** É de competência da justiça comum julgar ação ordinária em que sindicato de categoria econômica pretenda que uma empresa seja condenada a satisfazer contribuição assistencial prevista em contrato coletivo de trabalho.
- D** Compete ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios processar e julgar, originariamente, os membros do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios que atuem em primeira instância.
- E** O ingresso da União em uma causa, vindicando posição processual definida, submete-se ao escrutínio do magistrado do tribunal estadual, para que este possa aferir a legitimidade do interesse da União no processo.

QUESTÃO 67

Acerca das medidas provisórias (MPs), assinale a opção correta.

- A** A edição da MP paralisa temporariamente a eficácia da lei que versava a mesma matéria, mas caso a MP seja rejeitada, não se restaura a eficácia da norma anterior.
- B** A edição de MPs pelo presidente da República, para legitimar-se juridicamente, depende, entre outros requisitos, da estrita observância dos pressupostos constitucionais da urgência e da relevância. Tais requisitos, por serem conceitos jurídicos relativamente indeterminados e fluidos, não permitem, nem excepcionalmente, o controle do Poder Judiciário.
- C** As MPs cujos conteúdos versavam sobre matérias que eram objeto de restrição da Emenda Constitucional n.º 32 e foram publicadas em data anterior à da referida emenda perderam sua validade.
- D** É constitucional a adoção de MP pelos estados-membros, desde que esse instrumento esteja expressamente previsto na Constituição estadual e que sejam observados os princípios e as limitações estabelecidos pela Constituição Federal.
- E** O legislador constitucional previu expressamente as matérias que podem ser objeto de MP.

QUESTÃO 68

Acerca do sistema federativo brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A característica fundamental do Estado Federal é a centralização político-administrativa que nele se opera.
- Ⓑ Enquanto o sistema federativo contempla um largo elenco de princípios constitucionais sensíveis, disseminados pelo texto constitucional, o mesmo não se pode afirmar quanto aos princípios federais extensíveis, que configuram acervo restrito dentro da Constituição Federal.
- Ⓒ São conhecidas como normas centrais do sistema federativo, entre outras, as normas dos direitos e garantias fundamentais, as normas de repartição de competências, as normas dos direitos políticos, as normas de pré-ordenação dos poderes do estado-membro, as normas dos princípios constitucionais enumerados — forma republicana, sistema representativo, regime democrático, autonomia municipal.
- Ⓓ Há uma espécie de condomínio legislativo entre a União, os estados e o Distrito Federal, nas hipóteses de competência concorrente previstas constitucionalmente, resultando na repartição horizontal de competências.
- Ⓔ As normas locais em um sistema federativo constituem também normas jurídicas centrais no ordenamento do Estado Federal brasileiro.

QUESTÃO 69

Assinale a opção correta a respeito do princípio da isonomia.

- Ⓐ Tratamento diferenciado instituído pelo legislador deve ter por base motivo que justifique lógica e racionalmente a existência de um vínculo entre o fator de *discrimen* e a desequiparação procedida.
- Ⓑ O princípio da igualdade, dentro da tradicional classificação das gerações de direitos, é considerado um direito de primeira geração.
- Ⓒ O princípio da isonomia não se reveste de auto-aplicabilidade, sendo suscetível de regulamentação ou de complementação normativa.
- Ⓓ O princípio da isonomia deve ser considerado, em sua função de impedir discriminações e de extinguir privilégios, sob duplo aspecto: o da igualdade na lei e o da igualdade perante a lei. A igualdade perante a lei opera em uma fase de generalidade puramente abstrata e a igualdade na lei, pressupõe a lei já elaborada e traduz imposição destinada aos demais poderes estatais, para que, na aplicação da norma legal, não a subordinem a critérios que ensejem tratamento seletivo ou discriminatório.
- Ⓔ Quando uma lei realiza discriminação indevida, concedendo, por exemplo, vantagens, devidas pelos imperativos das circunstâncias concretas, a apenas uma categoria, que se encontra, no entanto, em uma mesma posição jurídica de outra categoria, que por via de consequência mereceria igualmente a extensão da vantagem, há ofensa ao princípio da isonomia, que deve ser resolvido pela declaração de inconstitucionalidade positiva da lei.

QUESTÃO 70

Com relação a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a opção correta acerca do entendimento jurídico que foi consolidado no STF.

- Ⓐ Caso o ato normativo impugnado por ADPF seja passível de controle concentrado de constitucionalidade pela via da ação direta, o processo feito não pode ter seguimento, nem mesmo com o seu aproveitamento como se fora ação direta de inconstitucionalidade.
- Ⓑ A mera possibilidade de utilização de outros meios processuais basta por si só para justificar a invocação do princípio da subsidiariedade que rege a ADPF.
- Ⓒ Compete ao proponente da ação de descumprimento de preceito fundamental o juízo acerca do que pode ser compreendido conceitualmente como preceito fundamental.
- Ⓓ Para ter legitimidade ativa *ad causam* para a propositura da ADPF, basta que o autor configure uma subclasse ou fração de uma classe profissional.
- Ⓔ Os legitimados para propor ADPF se encontram definidos, em *numerus clausus*, na Constituição da República.

QUESTÃO 71

Em relação à execução contra a fazenda pública e ao sistema de pagamento por via de precatórios judiciais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ordem judicial de pagamento por parte do presidente do tribunal e os demais atos necessários a tal finalidade concernem ao campo jurisdicional e não ao administrativo.
- Ⓑ Constatado erro material ou inexatidão nos cálculos, compete ao presidente do tribunal determinar o retorno do processo à vara de origem para que sejam feitas as correções a partir dos parâmetros do título executivo judicial, ou seja, da sentença exequenda.
- Ⓒ Ocorrendo a extinção do índice inicialmente previsto para a atualização do precatório, o tribunal deve escolher, discricionariamente, um outro índice para substituí-lo.
- Ⓓ A norma consubstanciada no art. 100 da Carta Política não realiza os postulados do princípio da igualdade, pois não concretiza efetivamente a exigência constitucional de tratamento isonômico dos credores do Estado.
- Ⓔ A exceção prevista na Constituição Federal, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

QUESTÃO 72

Acerca das normas constitucionais de proteção ao meio ambiente, previstas na estrutura da ordem social e nos demais capítulos da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- A O fato de a mata atlântica integrar o patrimônio nacional não acarreta por si só a competência da justiça federal e não converte os bens particulares ali localizados em bens públicos, impedindo a sua utilização racional.
- B O princípio do desenvolvimento sustentável representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, mas, quando ocorrente situação de conflito entre estes valores constitucionais relevantes, pode-se comprometer ou esvaziar o conteúdo essencial do direito fundamental à preservação do meio ambiente.
- C O direito de propriedade, ainda que descumprida a função social que lhe é inerente, não pode sofrer intervenção estatal.
- D O Sistema Único de Saúde não tem atribuição constitucional de colaborar na proteção do meio ambiente.
- E O relatório de impacto ambiental deve ser submetido ao crivo de comissão permanente instituída por lei, com essa finalidade, no âmbito dos poderes legislativos estaduais.

QUESTÃO 73

Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- A Por meio de decreto, pode-se sujeitar candidato a exame psicotécnico para habilitação a cargo público.
- B O poder público, provocado por delação anônima, pode adotar medidas informais destinadas a apurar, previamente, em averiguação sumária, com prudência e discricção, a possível ocorrência de eventual situação de ilicitude penal, desde que o faça com o objetivo de conferir a verossimilhança dos fatos nela denunciados, em ordem a promover, então, em caso positivo, a formal instauração da *persecutio criminis*, mantendo-se, assim, completa desvinculação desse procedimento estatal em relação às peças apócrifas.
- C A proteção aos dados bancários configura manifestação do direito à intimidade e ao sigilo de dados, garantido na Constituição Federal, só podendo cair à força de ordem judicial ou decisão de comissão parlamentar de inquérito, ambas com suficiente fundamentação. Não se permite ao Ministério Público que obtenha diretamente tais dados, ainda que se trate de caso concreto em que se esteja diante de empresa com participação do erário.
- D É possível que provimento judicial, em ação civil de investigação de paternidade, determine que o réu seja conduzido ao laboratório, sob mandado judicial, para coleta do material indispensável à feitura do exame DNA.
- E Consultório profissional de cirurgião-dentista não é espaço privado sujeito à proteção constitucional em decorrência do conceito de casa fixado na Constituição Federal. Daí decorre que não há necessidade de mandado judicial para efeito de ingresso dos agentes públicos policiais para realização de diligências.

QUESTÃO 74

Julgue os itens a seguir, acerca do princípio da separação dos poderes.

- I Os mecanismos de controle recíproco entre os poderes, os freios e contrapesos admissíveis na estruturação das unidades federadas só se legitimam em constituir matéria constitucional local se guardarem estreita similaridade com os previstos na Constituição da República.
- II A fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo é um dos contrapesos da Constituição Federal à separação e independência dos Poderes: cuida-se, porém, de interferência que só a Constituição da República pode legitimar.
- III Norma que subordina convênios, acordos, contratos e atos de secretários de Estado à aprovação da assembleia legislativa não abriga inconstitucionalidade, porque constitui emanação da doutrina dos freios e contrapesos existente no sistema de separação dos poderes.
- IV Eventuais divergências na interpretação do ordenamento positivo ocorrente entre os poderes da República não traduzem nem configuram situação de conflito institucional.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

QUESTÃO 75

Acerca das características do presidencialismo, assinale a opção **incorreta**.

- A O presidente da República exerce plenamente o Poder Executivo, acumulando as funções de chefe de Estado, chefe de governo e chefe da administração pública.
- B O eventual plano de governo, mesmo quando aprovado por lei, depende exclusivamente da coordenação do presidente da República.
- C O governo é responsável ante o parlamento, o que significa que o governo depende de seu apoio e confiança para governar.
- D No presidencialismo, as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo são mais rígidas que em outros sistemas de governo, prevalecendo o princípio da separação de poderes independentes e autônomos, embora estes possam ser harmônicos.
- E O presidencialismo é um sistema típico das repúblicas.

QUESTÃO 76

Acerca dos sujeitos de direito internacional, assinale a opção correta.

- Ⓐ As organizações internacionais são associações voluntárias de sujeitos de direito internacional, constituídas por atos internos de cada sujeito.
- Ⓑ O agente diplomático é um dos órgãos do Estado para as relações internacionais.
- Ⓒ A seleção e a nomeação dos agentes diplomáticos são reguladas pelo direito internacional.
- Ⓓ Os cônsules não podem ser escolhidos entre os nacionais do Estado no qual vão servir.
- Ⓔ A Convenção de Viena de 1963 dispõe sobre as relações diplomáticas.

QUESTÃO 77

O STF, ao julgar a aplicabilidade de tratados celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL, decidiu pela inconstitucionalidade da recepção plena e automática das normas de direito internacional, mesmo daquelas que, elaboradas no contexto da integração regional, representam a expressão de um direito comunitário. Segundo o entendimento exposto na decisão, é necessário que a norma internacional seja transposta para a ordem jurídica nacional de acordo com os instrumentos constitucionais que consagram a sua recepção.

A decisão do STF acima mencionada consagra o

- Ⓐ princípio da coordenação.
- Ⓑ monismo internacionalista.
- Ⓒ dualismo.
- Ⓓ monismo nacionalista.
- Ⓔ preceito da jurisdição una.

QUESTÃO 78

Acerca das convenções internacionais e da imunidade de jurisdição, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ratificação de convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não importa revogação ou alteração de qualquer lei, sentença, costume ou acordo que garanta aos trabalhadores condições mais favoráveis.
- Ⓑ Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos são equivalentes a lei complementar, quando aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- Ⓒ A imunidade dos membros de quadro diplomático alcança as reconvenções apresentadas em ações por eles próprios ajuizadas.
- Ⓓ Segundo jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a imunidade à execução de crédito na justiça do trabalho alcança os bens de missão diplomática, inclusive os bens que não estejam afetos às atividades da missão.
- Ⓔ O diplomata pode renunciar à imunidade de jurisdição.

QUESTÃO 79

Julgue os seguintes itens, relativos à concorrência internacional.

- I São formas de manifestação do denominado *dumping* social o traslado de empresas de um Estado para outro, à procura de menores custos de mão-de-obra ou de vantagens tributárias, e a estratégia deliberada de fixação de salários baixos para atrair empresas de outros Estados.
- II Selo social é a etiqueta estampada em embalagens de mercadorias destinadas à exportação. Esse selo garante que o produto foi manufaturado em respeito às normas fundamentais das relações de trabalho.
- III A denominada cláusula social procura desvincular os direitos trabalhistas fundamentais dos acordos comerciais celebrados entre Estados.
- IV Carta social é uma declaração solene por meio da qual se reconhecem e se proclamam direitos, identificando-se metas ou objetivos a serem alcançados em relação a aspectos trabalhistas ou sociais.
- V A Carta Social de Turim, de 1961, foi uma tentativa frustrada de adoção das cartas sociais, tendo pouca relevância na história do direito do trabalho na Comunidade Européia.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e III.
- Ⓑ I, II e IV.
- Ⓒ I, III e V.
- Ⓓ II, IV e V.
- Ⓔ III, IV e V.

QUESTÃO 80

Com relação à OIT e a convenções e recomendações internacionais do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ A OIT foi criada na Conferência de Filadélfia, de 1944.
- Ⓑ O Conselho de Administração, órgão deliberativo máximo da OIT, tem uma estrutura tripartite, com delegações formadas por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores dos Estados-membros.
- Ⓒ As recomendações são normas da OIT destinadas a constituir regras gerais aos Estados deliberantes que as incluem em sua ordem jurídica interna.
- Ⓓ A Declaração de Filadélfia, de 1944, enunciou o princípio segundo o qual o trabalho é uma mercadoria.
- Ⓔ São normas da OIT: convenções, recomendações e resoluções.

QUESTÃO 81

A respeito do direito comunitário, assinale a opção correta.

- A** O MERCOSUL foi constituído mediante a celebração do Tratado de Assunção, firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.
- B** A jurisdição internacional do MERCOSUL abrange as relações jurídicas entre os falidos e seus credores, e demais procedimentos análogos.
- C** As normas emanadas de tratados, acordos ou protocolos do MERCOSUL têm caráter obrigatório e devem, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.
- D** O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) prevê a fixação de tarifa única sobre exportação de bens entre os países signatários, bem como a criação de limitações quantitativas à importação.
- E** A Comunidade Econômica Européia assegura a livre circulação de mercadorias, serviços e capitais, mas não a de pessoas.

QUESTÃO 82

Acerca dos organismos do direito comunitário, assinale a opção **incorreta**.

- A** Ao Comitê de Liberdade Sindical da OIT cabe analisar as queixas quanto à aplicação da Convenção 87, acerca da liberdade sindical e da proteção do direito à sindicalização, e à Convenção 98, acerca do direito de sindicalização e de negociação coletiva.
- B** São órgãos da União Européia o Parlamento Europeu, o Conselho da Europa, a Comissão, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas.
- C** Os tratados, na União Européia, somente podem ser emendados por decisão unânime dos Estados-membros.
- D** O princípio da livre circulação de trabalhadores baseia-se na vedação a discriminações aos profissionais oriundos dos Estados que integram os países comunitários, bem como na preferência, no acesso ao emprego, de trabalhadores da área comunitária em relação a terceiros Estados.
- E** A admissibilidade das medidas cautelares no MERCOSUL será regulada pelas leis e julgada pelos juízes ou pelos tribunais do Estado requerido.

QUESTÃO 83

Acerca das normas internacionais de proteção da criança e do adolescente, assinale a opção correta.

- A** De acordo com a Convenção 138 da OIT, a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho não pode ser inferior àquela em que cessar a obrigatoriedade escolar, não podendo, em todo caso, ser inferior a quinze anos.
- B** Entre as piores formas de trabalho infantil previstas na Convenção 182 da OIT, não se inclui a utilização de criança para fins de produção de material pornográfico.
- C** Considera-se criança, para os efeitos da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os direitos da criança, todo ser humano com menos de dezesseis anos.
- D** A Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho consagra a possibilidade de trabalho obrigatório.
- E** As piores formas de trabalho infantil não são reconhecidas pelo direito internacional.

QUESTÃO 84

No que se refere ao crime de abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- A** O direito de representação do ofendido, previsto na legislação específica sobre o tema, constitui condição de procedibilidade, sem a qual a respectiva ação penal não poderá ser ajuizada.
- B** Eventual falha na representação, ou sua falta, não obsta a instauração da ação penal.
- C** Compete à justiça militar processar e julgar crime de abuso de autoridade praticado por policial militar em serviço.
- D** A sanção penal por crime de abuso de autoridade poderá consistir em perda de cargo e inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública, por prazo de até 10 anos.
- E** A ação penal por crime de abuso de autoridade somente poderá ser iniciada se devidamente instruída com os autos do inquérito policial.

QUESTÃO 85

As condutas que configuram crime contra a organização do trabalho **não** incluem

- A** a boicotagem violenta.
- B** o atentado contra a liberdade de associação.
- C** a depredação contra estabelecimento de concorrente, objetivando-se o impedimento do curso normal de atividade industrial, com a eliminação do concorrente do mercado.
- D** a violação administrativa de suspensão das atividades de um bar por infração às normas protetoras do sossego público.
- E** o aliciamento para o fim de emigração.

QUESTÃO 86

Considere que Ubirajara estava de férias, em um cruzeiro marítimo, e, quando o navio em que viajava começou a afundar, ele conseguiu salvar-se empurrando seu amigo Lauro de um bote onde só cabia mais uma pessoa. Nessa situação, Ubirajara

- A** não cometeu ilícito, pois agiu em estado de necessidade.
- B** não cometeu ilícito, pois agiu em legítima defesa.
- C** não cometeu ilícito, pois agiu em exercício regular do direito à vida.
- D** cometeu crime de homicídio preterdoloso.
- E** cometeu homicídio culposo.

QUESTÃO 87

Acerca do crime de falsificação de documento público, assinale a opção correta.

- A** Não há aumento de pena se o sujeito ativo for funcionário público e cometer o crime prevalecendo-se do cargo.
- B** Mesmo que a falsificação seja grosseira, sem potencialidade de lesão à fé pública, o crime não se desnatura.
- C** A consumação do crime de falsificação de documento público ocorre com seu efetivo uso, já que o momento anterior a esse uso consiste em meros atos preparatórios do delito.
- D** O delito de falsificação de documento público é material.
- E** O agente que insere na carteira de trabalho do empregado declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado incorre nas mesmas penas do crime de falsificação de documento público.

QUESTÃO 88

O atirador de facas que, em exibição pública, apesar de acreditar sinceramente que o resultado morte não ocorreria, erra o alvo, consistente em uma maçã apoiada na cabeça da vítima, vindo a matá-la, responde por

- A** homicídio culposo, na modalidade culpa consciente.
- B** homicídio doloso, na modalidade dolo direto.
- C** homicídio doloso, na modalidade dolo alternativo.
- D** homicídio doloso, na modalidade dolo eventual.
- E** homicídio preterdoloso.

QUESTÃO 89

Vinícius furtou a bolsa de Maria, sua colega de trabalho, mas, antes que a vítima tomasse conhecimento do fato, ele repôs a bolsa, intocada, no local de onde a havia retirado. Nesse caso hipotético,

- A** Vinícius deve responder por crime de furto consumado.
- B** Vinícius deve responder por crime de estelionato.
- C** houve desistência voluntária.
- D** houve arrependimento eficaz.
- E** houve causa excludente da culpabilidade de Vinícius.

QUESTÃO 90

Considerando os crimes contra a liberdade pessoal, assinale a opção correta.

- A** Para que o crime de cárcere privado se consuma, é necessário que a ação constrangedora tenha sido de longa duração; caso contrário, terá havido apenas tentativa de crime.
- B** O crime de seqüestro é material, admitindo, assim, a tentativa.
- C** No crime de redução à condição análoga à de escravo, não se admite a tentativa.
- D** No crime de seqüestro, se o ato for praticado mediante internação da vítima em casa de saúde, a pena será atenuada.
- E** Se a vítima do crime de cárcere privado sofrer, em razão da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral, tal circunstância é considerada *post factum* impunível.

QUESTÃO 91

Com relação aos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A** O crime de calúnia admite a exceção da verdade, em regra. Todavia não caberá a exceção da verdade se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não tiver sido condenado por sentença irrecorrível.
- B** Distingue-se a calúnia da difamação porque nesta, apesar de se atribuir qualidade negativa à vítima, não se imputa um fato concreto definido como crime.
- C** Admite-se a exceção da verdade em todas as modalidades do crime de difamação.
- D** O querelado que, antes da sentença, retrata-se cabalmente da calúnia ou da difamação, deve ter sua pena diminuída de um a dois terços.
- E** Os crimes contra a honra submetem-se a ação penal pública condicionada à representação.

QUESTÃO 92

Acerca dos crimes contra a administração da justiça, assinale a opção correta.

- A** No crime de denúncia caluniosa, não há variação da pena se o sujeito ativo imputa crime ou contravenção ao sujeito passivo, sabendo-o inocente.
- B** No crime de falso testemunho, o fato deixa de ser punível caso o sujeito ativo se retrate ou declare a verdade a qualquer momento, mesmo após a sentença.
- C** O crime de coação no curso do processo absorve a violência utilizada para tal fim.
- D** No crime de exercício arbitrário das próprias razões, se não houver emprego de violência, a ação penal é privada.
- E** Comete crime de fraude processual o agente que auxilia sujeito ativo de crime punido com pena de reclusão a subtrair-se da ação da autoridade pública.

QUESTÃO 93

De acordo com entendimento sumulado do STJ, a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de

- Ⓐ falsificação de documento público.
- Ⓑ uso de documento falso.
- Ⓒ estelionato.
- Ⓓ dano.
- Ⓔ falsificação de documento particular.

QUESTÃO 94

Onze irmãos constituíram uma sociedade anônima fechada, denominada S.A. Imobiliária São Paulo, com patrimônio líquido de R\$ 995.000,00, para atuar no ramo de compra, venda e locação de bens imóveis. Em razão da quebra da *affectio societatis* e da falta da divisão de dividendos, dois sócios minoritários ajuizaram ação visando a dissolução parcial da sociedade.

Tendo como motivação inicial a situação apresentada e com base na disciplina normativa das sociedades anônimas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por desenvolver atividade de compra, venda e locação de bens imóveis, de natureza civil, a S.A. Imobiliária São Paulo deve receber tratamento jurídico de sociedade simples.
- Ⓑ A convocação dos sócios da S.A. Imobiliária São Paulo, para assembléia geral, deve se dar mediante publicação no Diário Oficial, por três vezes, ao menos, com o prazo mínimo de 8 dias, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio.
- Ⓒ À sociedade anônima S.A. Imobiliária São Paulo é vedada a dissolução parcial.
- Ⓓ A S.A. Imobiliária São Paulo está dispensada de publicar os documentos da administração, como as demonstrações financeiras, desde que esses documentos sejam arquivados, em cópias autenticadas, no registro público competente, juntamente com a ata da assembléia que sobre eles deliberar.
- Ⓔ A responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor nominal das ações.

QUESTÃO 95

Em maio de 2004, Sílvio, empregado do Banco Social S.A., que é companhia de capital aberto, foi dispensado e substituído por Túlio. Em 2005, Túlio foi eleito diretor-presidente, diretor-superintendente e diretor-gerente pelo Conselho de Administração do Banco Social S.A., para cumprir mandato de 2 anos. Na mesma época, constatou-se que a antiga direção da companhia praticou atos com evidente excesso de mandato e abuso de poder, causando prejuízos à pessoa jurídica.

Por não ter recebido as verbas rescisórias a que fazia jus, em janeiro de 2006, Sílvio ajuizou reclamação trabalhista contra o Banco Social S.A. e, tendo sido julgado procedente o seu pleito, foi proposta execução dos valores devidos.

Considerando a situação hipotética acima, e com fulcro nas normas que regem as sociedades anônimas, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Não será computado o tempo de serviço em que Túlio permanecer no cargo de diretor-presidente, diretor-superintendente e diretor-gerente do Banco Social S.A.
- Ⓑ Não sendo encontrados bens da pessoa jurídica capazes de satisfazer os créditos trabalhistas devidos a Sílvio, poderão ser penhorados valores depositados na conta-corrente particular de Túlio.
- Ⓒ Mesmo que a assembléia do Banco Social S.A. delibere por não promover ação contra a diretoria que tenha causado danos ao patrimônio da companhia, os acionistas que representem, no mínimo, 30% do capital social poderão ajuizar a mencionada ação de reparação de danos.
- Ⓓ O conselho de administração é órgão obrigatório às companhias de capital aberto.
- Ⓔ Nas sociedades anônimas, os membros do conselho de administração devem ser acionistas, mas os diretores podem, ou não, ser acionistas.

QUESTÃO 96

Severino é agricultor e proprietário de 30 mil quilos de milho. Por não dispor de espaço suficiente em sua propriedade rural, procurou um armazém geral para depositar sua mercadoria. Após o depósito, foram emitidos dois títulos de crédito: um conhecimento de depósito e um *warrant*. Em razão de dívida contraída para a aquisição de um trator, foi movida ação de execução contra Severino, tendo o credor requerido a penhora dos 30 mil quilos de milho.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca do conhecimento de depósito e do *warrant*.

- Ⓐ O portador do conhecimento de depósito não poderá retirar a mercadoria antes do vencimento da dívida constante do *warrant*.
- Ⓑ Ao juízo competente, no processo de execução, será vedado deferir o pedido de penhora dos 30 mil quilos de milho.
- Ⓒ O conhecimento de depósito e o *warrant* somente poderão ser transferidos por endosso conjuntamente.
- Ⓓ O *warrant* incorpora o direito de propriedade sobre as mercadorias que representa.
- Ⓔ O conhecimento de depósito e o *warrant* são títulos de crédito abstratos.

QUESTÃO 97

A indústria de medicamentos Nova Química Laboratórios Ltda., visando divulgar seus produtos e ampliar suas vendas, firmou contrato de representação comercial com Best Representações Ltda. O objeto do contrato consistiu na obtenção de pedidos de compra e venda de medicamentos fabricados pela Nova Química Laboratórios Ltda.

Quanto ao contrato de representação comercial acima mencionado, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ No contrato firmado entre a Nova Química Laboratórios Ltda. e a Best Representações Ltda., estipulada a cláusula *del credere*, o risco do negócio será transferido para a representante, que deve responder pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo terceiro com quem contratou, juntamente com este.
- Ⓑ A Nova Química Laboratórios Ltda. deverá pagar comissões à Best Representações Ltda. quanto às vendas efetuadas na área de atuação da representante, mesmo que tenham sido concluídas por terceiros.
- Ⓒ Salvo expressa estipulação em contrato, a Best Representações Ltda. não está obrigada a respeitar exclusividade de representação, podendo representar outros produtos, ainda que de representados diversos.
- Ⓓ A Best Representações Ltda. não terá direito a qualquer retribuição por sua atuação se a falta de pagamento resultar de insolvência do comprador dos produtos da representada.
- Ⓔ À representante comercial é vedada a concessão de descontos ou abatimentos aos adquirentes dos produtos da representada, salvo mediante autorização expressa.

QUESTÃO 98

Em razão da prática de condutas anômalas, os credores de determinada sociedade empresária protocolizaram perante o juízo competente o pedido de sua falência, que foi decretada em 2/6/2006.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta acerca das normas concernentes à falência.

- Ⓐ Na falência, não são exigíveis as obrigações a título gratuito e as custas judiciais provenientes de litígios com o devedor.
- Ⓑ As dívidas da sociedade empresária falida vencidas até o dia 2/6/2006 serão compensadas com preferência sobre todos os demais credores.
- Ⓒ Após a decretação da falência, a sociedade falida perderá o direito de dispor de seus bens, bem como de intervir nos processos em que a massa falida seja parte.
- Ⓓ São considerados ineficazes perante a massa falida os atos a título gratuito praticados pela sociedade empresária, desde 2/6/2004, como as gratificações pagas aos seus empregados.
- Ⓔ Decretada a falência da sociedade devedora, serão suspensas todas as ações e execuções em desfavor destas e de quaisquer de seus sócios.

QUESTÃO 99

Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O CDC adota a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, sendo suficiente, portanto, sempre que esta representar um obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados ao consumidor, a demonstração do estado de insolvência do fornecedor, ou de seus equiparados, para que a pessoa jurídica seja desconsiderada.
- Ⓑ Para a desconsideração da personalidade jurídica não é necessário o ajuizamento de ação autônoma.
- Ⓒ O CDC permite a inversão do ônus da prova, quando, a critério do magistrado, for verossímil a alegação e houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.
- Ⓓ O requisito da pré-constituição das associações legitimadas para a defesa de direitos coletivos do consumidor poderá ser dispensado pelo juiz, nas ações para defesa de interesses individuais homogêneos, quando haja manifesto interesse social.
- Ⓔ Os direitos individuais homogêneos podem ser tutelados tanto por ação coletiva quanto por ação individual.

QUESTÃO 100

Acerca das normas que regem as profissões do aeroviário e do aeronauta, julgue os itens a seguir.

- I O comandante de aeronave é considerado preposto do proprietário ou do explorador da mesma, durante a viagem.
- II A licença específica para atuar em função remunerada a bordo de aeronaves nacionais, emitida pelo Ministério da Aeronáutica, será reservada a brasileiros natos.
- III Aeroviário é o profissional que exerce função remunerada a bordo de aeronave, como o comissário.
- IV O tripulante, auxiliar do comandante, encarregado da navegação da aeronave é o mecânico de voo.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 0.
- Ⓑ 1.
- Ⓒ 2.
- Ⓓ 3.
- Ⓔ 4.